



**CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA AMBIENTAL – COPAM**  
**UNIDADE REGIONAL COLEGIADA TRIÂNGULO MINEIRO E ALTO**  
**PARANAÍBA**  
**ATA NA ÍNTEGRA DA 109ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

**Local: Sede Regional SISEMA – Praça Tubal Vilela, nº 03, Centro – Uberlândia/MG**  
**Data: 11 de abril de 2014 às 09h00min**

Aos 11 (onze) dias do mês de abril do ano de 2014 (dois mil e quatorze), realizou-se na Sede Regional do Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SISEMA), situada na Praça Tubal Vilela, número 03 (três), Bairro Centro, município de Uberlândia, Estado de Minas Gerais, a 109ª (centésima nona) Reunião Ordinária (RO) do Conselho Estadual de Política Ambiental (COPAM), Unidade Regional Colegiada (URC), Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba (TMAP). Estiveram presentes os seguintes conselheiros: Sra. (senhora) Marina Sardinha Machado, 1ª (primeira) Suplente da Superintendente Regional de Regularização Ambiental do Noroeste de Minas Gerais; Sr. (senhor) José Roberto Silva, 2º (segundo) Suplente da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SEAPA); Sr. Rafael Augusto Fiorine, 1º (primeiro) Suplente da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico (SEDE); Sr. Eustáquio Sidnei Milanez Júnior, Titular da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional e Política Urbana (SEDRU); Sra. Patrícia Metz Peixoto, Titular da Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas (SETOP); Sr. Sub-tenente Carlos Augusto Faria de Oliveira, 2º (segundo) Suplente da Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG); Sr. Carlos Alberto Valera, Titular da Procuradoria Geral de Justiça (PGJ); Sr. Aloísio Romar, Titular do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais (IBAMA); Sr. Hélio Mendes, 1º Suplente da Prefeitura do Município Sede da Unidade Regional Colegiada (PMU); Sr. Eugênio Pacelli da Costa, 2º (segundo) Suplente do Comitê de Bacia Hidrográfica dos Afluentes Mineiros do Alto Paranaíba – PN1; Sr. Rui Gomes Nogueira Ramos e Sr. Thiago Alves do Nascimento, Titular e 1º (primeiro) Suplente, respectivamente, da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG); Sra. Elaine Cristina Ribeiro Lima, Titular da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais (FAEMG); Sr. Moisés Inácio Franco, Titular da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais (FETAEMG); Sr. Fábio Pergher, Titular da Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Estado de Minas Gerais (FEDERAMINAS); Sr. Fernando Ruas Machado, Titular da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – Seção Minas Gerais (ABES/MG); Sr. Rodrigo Borges de Melo, Titular do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais (CREA/MG); Sr. Antônio Geraldo de Oliveira, Titular da Associação Cerrado Vivo para Conservação da Biodiversidade (CERVIVO); Sr. Rodrigo de Castro Amedee Peret, Titular da Ambiente e Educação Interativa (AMEDI); Sr. Francisco de Castro Valente Neto, Titular do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET/ARAXÁ); Sr. Reginaldo de Camargo, 1º (primeiro) Suplente da Universidade Federal de Uberlândia (UFU); Sra. Ana Lúcia Britto da Cruz e Sr. Cláudio Junio Leocádio, Titular e 2º (segundo) Suplente do Conselho Municipal de Meio Ambiente (CODEMA). MARINA (PRESIDENTE): Já temos o nosso quórum regimental, vamos dar início à reunião. Bom dia a todos, vamos dar início à Pauta da 109ª (centésima nona) Reunião Ordinária da Unidade Regional Colegiada Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, do Conselho Estadual de Política Ambiental (COPAM); 11 (onze) de abril de 2014 (dois mil e quatorze), às 09h08min (nove horas e oito minutos), sede Regional do SISEMA, Praça Tubal Vilela, nº 03, Centro, Uberlândia. Vamos à Execução do Hino Nacional Brasileiro. **1. Execução do Hino Nacional Brasileiro. 2. Abertura pelo**



Secretário de Estado Adjunto de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e Presidente da URC Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, Dr. Danilo Vieira Júnior. Vamos ao item 3. **Comunicado dos Conselheiros e Assuntos Gerais.** Então, eu gostaria de dar as boas-vindas neste Conselho ao senhor Aloísio Romar, representante do IBAMA, seja bem-vindo. Então vamos o item 4. **Exame da Ata da 108ª RO de 14/03/2014.** Em discussão. Coloco em votação a Ata da 108ª RO de 14/03/2014, os Conselheiros que forem favoráveis permaneçam como estão, demais se manifestem. Aprovada por unanimidade. Como de praxe farei a leitura dos itens em pauta. O Conselheiro deve solicitar destaque caso tenha alguma coisa para falar. Item 5. **Processo Administrativo para exame da Licença Prévia concomitante com a Licença de Instalação:** 5.1 Central Geradora Hidrelétrica São Miguel Arcanjo Ltda. - Barragem de geração de energia hidrelétrica - Sacramento/MG - PA/Nº 08329/2010/001/2013 - Classe 3. Apresentação: Supram TMAP. **RETORNO DE VISTAS pelos Conselheiros Thiago Alves do Nascimento representante da FIEMG e Antônio Geraldo de Oliveira representante da CERVIVO.** Item 6. **Processo Administrativo para exame da Licença de Operação Corretiva:** 6.1 Gustavo Galassi Gargalhoni e Outro / Fazenda Primavera e Pratinha - Suinocultura (crescimento e terminação), avicultura (corte e reprodução), culturas anuais - Prata/MG - PA/Nº 20871/2005/002/2014 - Classe 3. Apresentação: Supram TMAP. **RETORNO DE VISTAS pela Conselheira Elaine Cristina Ribeiro Lima representante da FAEMG.** Só retornando ao item 5.1 destaque da SUPRAM, não só retorno de vistas. Item 7. **Processo Administrativo para exame da Licença Prévia concomitante com a Licença de Instalação:** 7.1 Cooperativa dos Produtores Rurais do Prata Ltda. - Resfriamento e distribuição de leite em instalações industriais - Prata/MG - PA/Nº 14869/2012/001/2013 - Classe 4. Apresentação: Supram TMAP. Destaque Ministério Público. Item 8. **Processo Administrativo para exame da Licença de Instalação Corretiva:** 8.1 Árvore S.A Empreendimentos e Participações / Masterplan Granja Marileuza - Núcleo Urbano 1 e Núcleo Urbano 2 - Loteamento do solo urbano para fins exclusiva ou predominantemente residenciais - Uberlândia/MG - PA/Nº 28561/2012/002/2014 - Classe 3. Apresentação: Supram TMAP. Destaque SUPRAM e Ministério Público. Item 9. **Processo Administrativo para exame da Licença de Operação:** 9.1 INCOPOL - Indústria e Comércio Pontal Ltda. - Extração de rocha para produção de britas com ou sem tratamento, unidade de tratamento de minerais - UTM, barragem de contenção de rejeitos, pilhas de rejeito de estéril; estradas para transporte de minério/estéril e britamento de pedras para a construção do basalto - Uberlândia/MG - PA/Nº 00130/1997/010/2014 DNPM 830.350/2001 - Classe 3. Apresentação: Supram TMAP. Destaque Ministério Público. Item 10. **Processo Administrativo para exame da Licença de Operação - “Ampliação”:** 10.1 Britagem São Salvador Ltda. - Extração de rocha para produção de britas com ou sem tratamento, unidade de tratamento de minerais - UTM, barragem de contenção de rejeitos, pilhas de rejeito de estéril; estradas para transporte de minério/estéril e britamento de pedras para a construção do basalto - Uberlândia/MG - PA/Nº 00344/1991/010/2014 DNPM 831.013/1991 Classe 4. Apresentação: Supram TMAP. Destaque SUPRAM, Ministério Público e Prefeitura de Uberlândia. Item 11. **Processo Administrativo para exame da Licença de Operação Corretiva:** 11.1 Mineração Dornas Ltda. - Lavra a céu aberto ou subterrânea em áreas cársticas com ou sem tratamento, obras de infra-estrutura (pátios de resíduos e produtos e oficinas), unidade de tratamento de minerais - UTM, pilhas de rejeito / estéril - Santa Rosa da Serra/MG - PA/Nº 01159/2002/004/2013 DNPM 831.860/1999 - Classe 3. Apresentação: Supram TMAP. Destaque SUPRAM e Ministério Público. Item 12. **Processo Administrativo para exame da Revalidação da Licença de Operação:** 12.1 Centro Operacional de Desenvolvimento e Saneamento de Uberaba / CODAU - ETE Francisco Velludo - Rio Uberaba - Tratamento de esgotos sanitários - Uberaba/MG - PA/Nº 00286/1991/010/2013 - Classe 5. Apresentação: Supram TMAP. Destaque SUPRAM. 13. **Processo Administrativo para exame de Adendo à Licença de Operação:** 13.1 LT Triângulo S.A / SE São Gotardo - Linhas de transmissão de energia elétrica - Trecho Sacramento, Araguari, Indianópolis, Nova Ponte, Uberaba, Uberlândia e Araporã/MG - PA/Nº 04049/2007/003/2008 - Classe 5. Apresentação:



Supram TMAP. Item 14. **Processo Administrativo para exame de Prorrogação de Prazo de Validade da Licença Prévia concomitante com a Licença de Instalação - Ampliação:** 14.1 Petrobras Transporte S/A - Transpetro - Base de armazenamento e distribuição de lubrificantes, combustíveis líquidos derivados de petróleo, álcool combustível e outros combustíveis automotivos - Uberlândia/MG - PA/Nº 02531/2004/004/2009 - Classe 5 - Apresentação: Supram TMAP. Destaque Ministério Público. Então eu vou colocar em votação o item 13.1, não houve destaque, o senhor vai pedir destaque? Os Conselheiros que forem favoráveis conforme parecer do item 13.1 permaneçam como estão, demais se manifestem. CARLOS VALERA (PGJ): Bom dia a todos, abstenção no 13.1, senhora presidente. Então, aprovado com 01 (uma) abstenção. Item 5.1 destaque SUPRAM e retorno de vista dos Conselheiros. ANTÔNIO GERALDO (CERVIVO): Bom, eu acho que é do conhecimento de todos os Conselheiros o meu pedido de vistas, eu acho que da conclusão aqui, me parece que depois a SUPRAM podia depois me informar, a questão que eu peço, a LP, parece que tem uma previsão legal que pode ser LP/LI concomitante. Eu fico preocupado naquela região ali, eu estive no local, com relação ao fim de recurso hídrico que pode acontecer ali. Mesmo porque no parecer da outorga traz alguns significantes e somente 01 (uma outorga). A minha pergunta é a seguinte: será que o pessoal deu entrada naquelas grandes outorgas que estão ali na montante? E me parece que não está cadastrando as coordenadas e esses processos demoram muito. E na consequência disso, não se traz nos pareceres os usos à montante. Então, eu acho que se realmente isso está acontecendo, que não se cadastra os pontos e que não entra no sistema, eu acho que é uma falha que pode trazer um conflito e um prejuízo para as pessoas ali na montante. Diz que essas outorgas, me parece que essas outorgas junto ao licenciamento, elas são mais agilizadas primeiramente, quer dizer, tem prioridade em fazer. E essas apartadas, elas à vezes fica muito tempo aqui na SUPRAM e acaba que isso não é feito análise e isso prejudica num procedimento igual essa aqui. A gente vê que é muito pequena a PCH, mas talvez se esse pessoal, todos outorgarem a montante, vai dar prejuízo para essa empresa lá, ela não vai ter água para tocar seu empreendimento ou até mesmo na questão do remanescente. E eu vejo que no parecer consta que não é uso construtivo e às vezes não traz esse conflito. Mas a gente tem casos aí no PN1, lá no alto São Marcos, que a Usina de Batalha quem limitou o uso dos agricultores à montante. Então, eu fico preocupado com isso, em trazer um conflito. O outro é a questão do pato mergulhão, ele está ali muito perto e eu acho até que a SUPRAM vai falar a respeito disso, eu acho que a gente tem que assegurar essa questão também do pato mergulhão. Outra coisa é a questão do potencial turística ali daquela região. A gente tem lá uma caverna, bem do lado do empreendimento, então, isso pode trazer também, e tem outras, tem cachoeiras, naquele rio. Essa questão da disponibilidade de demanda é justamente porque não tem esses cadastros e num tem refletido aí, e nos pareceres nem sempre vai aparecer isso. E outra questão também, no Município, parece que é prioritário para eles, como o outro córrego lá está no limite para captação de uso público, é intenção de eles usarem esse rio para abastecimento da cidade. Isso também tem que ser avaliado, eles não tem essa outorga, tem a intenção, mas não deram entrada nessa outorga. Pode ser que vai haver prejuízo para essa empresa também. A gente não é contra o empreendimento, a gente quer que o uso seja múltiplo ali naquela região. A gente tem que defender o uso múltiplo da água mesmo que ele não seja consumptivo. Todos tem direito ao recurso hídrico. O meu era só isso. Bom dia, BRUNO (SUPRAM), Conselheiro, eu acho que o senhor teve acesso ao parecer de outorga também, foi feito sim a análise dos usos à montante e à jusante do empreendimento, outra análise que foi feita também é a questão do setor produtivo à montante do empreendimento. Lá se observa, na imagem de satélite, que lá predomina dentro da bacia, da montante do empreendimento, a atividade agropecuária. Somente na parte mais da montante, na cabeceira do ribeirão, que tem áreas agricultáveis que predomina a parte de sequeiros e algumas outras perenes, como café, bem menores de representação. Bom, foram avaliadas essas outorgas e no levantamento foi identificado somente 01 (um) processo de outorga, que já se encontra até vencida a outorga do cidadão, que somando todos esses usos insignificantes e os vencidos também dá 0,009 metros cúbicos por segundo. Então, uma vazão bem abaixo





152 daquela disponível para região, entendeu? E a jusante do empreendimento no sistema não se  
153 encontra nenhum processo de outorga até a foz do ribeirão maior lá, o Ribeirão Borá. Então, teve  
154 essa preocupação. Outro ponto que tem que ser levado em conta é que o empreendimento ele vai  
155 usar menos de 50% (cinquenta por cento) da Q<sub>7,10</sub> daquele ponto em destaque, onde que ele vai  
156 deixar a jusante dentro do próprio TVR (Trecho de Vazão Reduzida), mas de 60% (sessenta  
157 por cento) Q<sub>7,10</sub> então, disponibiliza ainda a outorga dentro do próprio TVR do empreendimento.  
158 Então, a questão da disponibilidade foi discutida, foi avaliada essa questão dessas capacitações. Se  
159 tem, por imagem de satélite, eu procurei achar algum empreendimento que utilizasse essa água  
160 por pivô, que é um dos que mais utilizam essa água, não encontrei dentro da Bacia do próprio  
161 Ribeirão, por imagem de satélite. Agora in loco, não sei se a imagem que é de Agosto de 2013,  
162 não sabe se nesse período para cá teve a instalação de alguma. E outro item que o senhor salientou  
163 é a questão da capacitação do abastecimento público, que é complicado, porque a gente não tem  
164 essa informação e vem com essa nova informação. Mas sempre salientando, o empreendimento  
165 não é um empreendimento que faz uso consumptivo, ele não consome água. A água que chega,  
166 que é água fluente, ela passa pelo empreendimento e segue. No empreendimento ele tem uma  
167 planilha de operativo dele que demonstra, que nos períodos mais secos ele vai operar; com 02  
168 (duas) turbinas no período chuvoso e vai operar só com 01 (uma) no período mais seco. Então, o  
169 empreendimento tem essa mobilidade de diminuir sua geração para pode atender aos usuários, à  
170 montante e à jusante do empreendimento. ANTÔNIO GERALDO (CERVIVO): Eu tenho aqui  
171 um Boletim de Ocorrência, que fala aqui, que foi recentemente, que dois pivôs centrais, com  
172 motores estacionais de 120 KVA naquela região, tubos de 8” (polegadas) para irrigação, mais 240  
173 barras de irrigação para irrigação por aspersor. Então, isso que eu tinha falado, muitas vezes tem  
174 dado entrada nesse processo aqui e isso não aparece, vocês até ficam até prejudicados em relação  
175 a essa análise. Então, a gente vai levar em consideração isso, porque pode trazer prejuízo para os  
176 usuários daquela Bacia, não só para o empreendimento, já tem 02 (dois) pivôs aqui,  
177 provavelmente tem potencial para mais, não é? Então, eu acho que isso tem que ser avaliado para  
178 que isso não traga prejuízo, igual está trazendo lá para o Alto São Marcos, aquela região ali.  
179 Então, eu acho melhor a gente prevenir e ter a certeza; a certeza a gente não tem, mas pelo menos  
180 tenha um estudo mais amplo ali para que isso não traga prejuízo para a própria empresa e para os  
181 usuários, porque na sua análise foi feito somente aqueles que não estavam cadastrados, porque a  
182 maioria são uso insignificante, 01 (uma) outorga só. Eu acho que isso é muito pouco com relação  
183 à Bacia lá, eu acho que a gente tem que tomar cuidado com relação a isso. BRUNO (SUPRAM):  
184 Eu acho que a preocupação claro que é válida sim, mas a gente tem que tem o cuidado com o  
185 seguinte, igual tem esse Boletim de Ocorrência, é até bom o senhor passar isso para nós, as  
186 coordenadas certinho para a gente pedir para a Fiscalizar ir lá. Ninguém tem autorização para  
187 instalar equipamento de captação antes de ter a outorga concedida. Então, isso é passível, tem que  
188 pegar essas coordenadas, fazer vistoria e pedir para a Fiscalização ir lá e autuação se for  
189 necessário, se estiver utilizando esse recurso sem autorização, entendeu? ANTÔNIO GERALDO  
190 (CERVIVO): Bom, eu acho que isso é notório para nós, que o Estado não tem gente para  
191 fiscalizar e acaba que o pessoal coloca, é esse caso e pode ser que tenha mais. Então, isso que às  
192 vezes é salutar nessa licença já estar olhando essas situações, porque senão isso vai dar prejuízo  
193 para o pessoal. Bom dia a todos, VANESSA (SUPRAM), em relação ao retorno de vistas, nós  
194 temos algumas ponderações para colocar. A questão do pato mergulhão, a equipe técnica está  
195 propondo uma condicionante para iniciar um monitoramento, o avistamento dessa espécie antes  
196 mesmo de iniciar, a primeira campanha antes do início da construção do empreendimento e  
197 posteriormente trimestralmente, até que o empreendimento chegue na fase licença de operação,  
198 esse é um dos pontos. A outra questão dos estudos mais aprofundados, a gente sabe que estudos  
199 de maior conteúdo de informações são exigidos no EIA/RIMA, o procedimento adotado hoje de  
200 PCA e RCA, ele é um procedimento mais simplificado, até inclusive no caso da CGH (Central  
201 Geradora Hidrelétrica), nós temos até uma norma da DITEN (Diretoria de Apoio Técnico  
202 Normativo), que ela dispensa essa CGH de vários quesitos, porque é um empreendimento mais



203 simplificado de geração de energia elétrica. Questão do potencial turístico também, ele não foi  
204 avaliado porque o próprio termo de referência não solicita isso do empreendedor. A questão da  
205 captação para o Município é aquilo que o Bruno já havia falado. O Município tem a intenção de  
206 captar, o empreendimento ele não vai consumir aquela água, ele vai utilizá-la e devolvê-la, então a  
207 disponibilidade hídrica vai continuar a mesma, exceto em fatores climáticos e a gente sabe que a  
208 Política Nacional de Recursos Hídricos, ela prioriza o abastecimento público. Então, em um caso  
209 de escassez o empreendimento teria que parar sua operação, porque a prioridade vai ser o  
210 abastecimento público (...). Então, acho que esse daí não tem, se ocorresse uma estiagem superior,  
211 até porque a  $Q_{7,10}$ , ela já garante uma vazão bem superior àquilo que a Prefeitura pretende estar lá  
212 captando, então quanto a este quesito nós estamos tranquilos. E tem uma última questão também,  
213 que é sobre a Lei 12.503/97 que é o programa estadual de conservação da água, analisando junto  
214 com a equipe jurídica, o que ocorre é que a quantificação do valor de meio por cento a ser  
215 utilizado pra recuperação da bacia, ela é após o início operativo do empreendimento, porque só  
216 após operar é que vai quantificar a quantidade de resíduos, então isso vai vir na fase da licença de  
217 operação, porque agora ele nem instalou, não está operando. Então, no Artigo 2 (dois) fala que o  
218 meio por cento é em relação a receita operacional do empreendimento, então necessita que ele  
219 opere e faça o levantamento desse valor para investir então esse meio por cento, isso então virá na  
220 licença de operação. E a última questão da condicionante do pato mergulhão seria então a inclusão  
221 da Condicionante número 12 (doze): *“Realizar campanhas de monitoramento objetivando*  
222 *detectar a ocorrência de pato mergulhão (mergus octosetaceus) na área de influência do*  
223 *empreendimento. As campanhas deverão periodicidade trimestral e devem ser iniciadas*  
224 *anterior ao início da instalação”*. Então, se o empreendimento obteve a licença de operação  
225 hoje, a primeira coisa que ele vai fazer é essa primeira campanha e depois ele inicia e aí com a  
226 periodicidade trimestral. ANTÔNIO GERALDO (CERVIVO): Bom, com relação a Lei  
227 12.503 foi engano meu de ter colocado, inclusive já tinha passado e não teve como eu voltar,  
228 é questão de ter receita. Eu acabei de receber aqui um Ofício da Prefeitura falando que vai  
229 precisar de 0,01 metros cúbicos de água para o abastecimento público. É claro que quem vai  
230 definir isso é a SUPRAM, mas observo o seguinte, que se for concedido isso aqui vai ter  
231 prejuízo com a geração, é lógico que em épocas mais secas pode ser que tenha que parar esse  
232 empreendimento e pode trazer prejuízo. Você parar 01 (uma) turbina ou 02 (duas) turbinas lá,  
233 elas vão enferrujar rapidinho. Então, isso tem que tomar cuidado também para não trazer  
234 prejuízo para o empreendimento. VANESSA (SUPRAM): Em relação a localização da  
235 captação e a localização do empreendimento; então, hoje a SUPRAM não tem nenhum  
236 posicionamento quanto ao procedimento formalizado para outorga da Prefeitura. Contudo, a  
237 gente sabe que a captação provavelmente vai ser à jusante do empreendimento, então a  
238 jusante do empreendimento já vai ter devolvido toda a água e se for a montante também, a  
239 quantidade de água que o empreendedor necessita ela não vai ser prejudicada pela captação de  
240 0,01 por causa da disponibilidade. Ele está captando 40% da  $Q_{7,10}$ , então ainda sobra 60% da  
241  $Q_{7,10}$  e esse valor é superior ao solicitado pela Prefeitura, que no caso 60% é 0,2 metros cúbicos.  
242 ANTÔNIO GERALDO (CERVIVO): Sim, mas tem que levar em consideração a montante e os  
243 outros usos construtivos, que são os pivôs e mais a pecuária, a maioria não tem esse cadastro e  
244 não tem outorga. BRUNO (RUPRAM): Igual eu já havia dito, o empreendimento está garantindo  
245 a jusante fora a adução dessa água para geração de energia mais de 50% da  $Q_{7,10}$ . Então, sobra  
246 uma vazão residual para ser outorgada à montante, se considerar essa vazão de adução. Outro  
247 ponto também, voltando só à captação de água para o Município, a gente tem que definir onde é o  
248 ponto certo de captação. E também outra coisa, no próprio Município existe outros Ribeirões mais  
249 próximos ao Município que tem área de drenagem maior, disponibilidade de água maior do que o  
250 próprio Ribeirão Rifaininha, então, assim, a gente tem que avaliar tudo isso para garantir, é claro,  
251 todos os usos múltiplos da água, abastecimento, como a própria irrigação, alimentação de animais,  
252 geração de energia. Então, tem que garantir para que aquela Bacia esteja estendida para todos os



253 usos e a questão da própria captação de água a turbina gera energia com 1,15 metro cúbico por  
254 segundo, então se houver a captação do Município acima do empreendimento de 0,1 ainda sobra  
255 0,015 metros cúbicos para passar por dentro da turbina. A questão da operação da turbina, a  
256 questão de preocupação como o equipamento em enferrujar, então esse perigo não tem.  
257 ANTÔNIO GERALDO (CERVIVO): Bom, segundo a Prefeitura, é a melhor opção deles para a  
258 captação desse recurso à montante; segundo eles, as outras ficam em distâncias bem maiores e que  
259 oneram muito ao Município, segundo o Superintendente do DAE de Sacramento que me falou  
260 essa questão, falou olha isso vai onerar muito, então a nossa principal é ali à montante que fica  
261 mais perto e com o crescimento da cidade seria melhor para o Município, bom é só isso. BRUNO  
262 (SUPRAM): O interessante que o próprio município concretize essa formalização da outorga para  
263 a gente fazer a análise locacional e o próprio licenciamento para outorga, fazer avaliação integral à  
264 toda Bacia. Lembrando que o empreendimento além dele deixar passar até aquele Q<sub>7,10</sub> então,  
265 ainda disponibiliza uma vazão ainda residual para ser outorgada à montante. MARINA  
266 (PRESIDENTE): Tem um inscrito aqui também, Gustavo. Pode falar Conselheiro. RUI RAMOS  
267 (FIEMG): Eu gostaria de ouvir o empreendedor, por favor. LÉLIO (RESPONSÁVEL TÉCNICO  
268 DO EMPREENDIMENTO): Essa questão de captação do SAE de Sacramento, eu já conheço o  
269 projeto, é uma intenção de captação no Ribeirão Rifaininha, é uma disponibilidade que eles  
270 possuem para poder fazer a captação. Foi feito um estudo de capacidade máxima de captação no  
271 ponto à montante da CGH. Essa captação é de 0,1 metros cúbicos por segundo, ou seja, 100 (cem)  
272 litros por segundo. A turbina, na mínima de estudo, ela vai consumir 1,25 metro cúbico por  
273 segundo, ou seja, mesmo retirando esses 100 (cem) litros por segundo ainda sobraria 1,15 para  
274 geração. Então, quanto à captação humana que é preferencial nesse empreendimento, o  
275 empreendimento seria passível de funcionamento. GUSTAVO MALACO (ONG ANGÁ): Bom  
276 dia Presidente, bom dia Conselheiros. Bom, vamos por partes. A gente tenta desmistificar um  
277 pouco essa questão de uso consultivo de hidrelétricas, a gente tem que lembrar que esses  
278 empreendimento, a maior parte deles, tem regularização diária ou horária, então a gente tem que  
279 tomar um pouquinho de cuidado, quem realmente está na área operativa e trabalha no trecho à  
280 jusante, observa isso, primeiro ponto, não é o caso desse empreendimento, estou querendo  
281 destacar o problema, essa questão. Segundo, essa questão de trecho de vazão reduzida é só um  
282 alerta, pode perguntar aos produtores rurais que estão à jusante da PCH Piedade, para ver o  
283 problema que eles estão passando, justamente por essa questão de trecho de vazão reduzida. Pode  
284 ser não ser o caso desse empreendimento, mas gostaria de destacar isso. Terceiro ponto, questão  
285 de usos à montante, eu não sei se cabe a CGHs, mas a gente sabe que quando vai analisar outorga  
286 de grandes empreendimentos, há necessidade de se fazer projeções de utilização de recursos  
287 hídricos futuros. E nós já temos um plano diretor da Bacia do Rio Paranaíba, aprovado, que ele  
288 faz projeções no horizonte do plano até 2030, não sei se a Legislação se aplica a esse caso, mas  
289 se caso aplicasse recomendaria a reutilização justamente para saber se há intensificação desse  
290 conflito, qual será o quadro daqui 20 (vinte) anos, já que nós temos um plano aprovado e se isso  
291 cabe ou não a esse empreendimento. Por último, foi ressaltada a questão da Política Nacional de  
292 Recursos Hídricos em relação a escassez para abastecimento público, lembrando também a  
293 proteção dos ecossistemas e como nós temos a possibilidade de uma espécie criticamente ameaça  
294 de extinção, como já foi destacado aqui pela SUPRAM e no parecer, o pato mergulhão, que  
295 segundo a maior especialista que tem, que é a Terrabrasilis, os pesquisadores que trabalham a um  
296 bom tempo com a espécie, há registros da espécie à cerca de 08 (oito) quilômetros deste  
297 empreendimento. Realizar uma condicionante, dizendo, nós vamos monitorar na licença de  
298 operação, me desculpe, é um erro crasso, mesmo que se faça uma campanha apenas anterior ao  
299 período de instalação essa espécie tem uma sazonalidade muito marcante. Existe um plano de  
300 ação pelo Ministério de Meio Ambiente e acho que a SUPRAM poderia consultar especialistas  
301 para saber se essa condicionante está correta ao período amostral. Eu trabalho, sou ornitólogo,  
302 trabalho com aves, tenho um pouco de conhecimento da espécie e uma campanha apenas pode  
303 trazer problemas, não ter a detecção da espécie em relação a esse empreendimento. Quem trabalha





**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

**Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável**  
**Conselho Estadual de Política Ambiental da URC – COPAM TRIÂNGULO**  
**Secretaria Executiva do COPAM**

com essa espécie, se exige no mínimo uma sazonalidade de um ano nessa questão. Então, se existe um plano de ação que mostra que essa espécie ocorre na Bacia do Paranaíba, na Bacia do Grande e na Bacia do São Francisco próxima à área desse empreendimento, a gente não entende como isso não é levantado. Ah existe uma simplificação por causa da legislação, mas o analista ambiental, dependendo da condição apresentada, ele pode sim apresentar a solicitação de novos estudos. A gente está sendo extremamente legalista e deixando de ser técnico em algumas questões. Obrigado. BRUNO (SUPRAM): É importante o que o Gustavo falou, mas é ressaltar que a monitoramento vai ser na licença de instalação do empreendimento, não na operação. Então, quando o empreendimento entrar em operação, já vai ter quase 01 (um) ano de monitoramento e vai ser enviado um relatório trimestral à SUPRAM em relação a questão do avistamento dessa espécie. Outro ponto a ser destacado é que o empreendimento, ele é um empreendimento muito pequeno em relação aos outros de geração de energia. O barramento dele vai ocupar uma área de aproximadamente 518 metros quadrados, ou seja, muito inferior a um barramento de irrigação que tem na região. Então, outro ponto também, que dentro desses 518 aproximadamente 200 metros é a própria calha do rio. Então, vai ser um impacto muito pequeno em relação a outros empreendimentos, com a própria irrigação e outras usinas de geração de energia. Então, o empreendimento é extremamente reduzido e adaptado ao potencial daquela região. VANESSA (SUPRAM): Fica também a sugestão porque os termos de referências das CGHs e PCH, principalmente CGH, ele é um termo de referência simplificado, então, se toda vez que nós tivermos esse tipo de empreendimento a gente tiver que inserir, no momento da reunião algum conceito que possa ter sido definido antes, eu acredito que isso deve ser repassado também a instâncias superiores, para que isso já venha para o empreendedor realizar dessa maneira, então, ele está cumprindo o que está sendo determinado. O analista não tem a informação da presença do pato mergulhão a 08 (oito) quilômetros durante a análise do processo por que? Porque os estudos são simplificado, a gente analisa o que é apresentado, então, após essa ocorrência e essa demanda é que a gente solicitou essa Condicionante. Agora, se já tem definidas essas áreas fica mais fácil para o próprio analista já pedir isso de antemão. Então, para a gente também é importante essa questão, nós não estamos sendo omissos, nós estamos falando da temporalidade e das informações que nos chegaram. ANTÔNIO GERALDO (CERVIVO): Bom, eu só queria fazer algumas considerações. Pode ser que ele não esteja lá hoje, mas segundo estudo da Terrabrasilis, que eu até coloquei alguma coisa aqui no parecer, que é o potencial dele estar lá. Então, a gente acaba com aquele local, você vai estar limitando a expansão dele. Então, a gente também tem que levar isso em consideração, quer dizer, se a gente faz, hoje não tem nem monitoramento, ele pode não estar lá hoje, mas ele é um potencial, assim como ele chegou, segundo estudo aqui, a 20 (vinte) quilômetros ele saiu lá a 08 (oito), ele pode estar ali depois. A gente tem que tomar esse cuidado, então, é isso aí que eu acho que a gente, os Conselheiros aqui, tomar o cuidado para que não esteja ajudando a acabar com uma ave que está em extinção hoje. Esse é o meu pronunciamento. MARINA (PRESIDENTE): Bom, vamos dar encaminhamento ao processo, vou colocar em votação o parecer da SUPRAM, juntamente com a 12ª (décima segunda) Condicionante já lida pelos técnicos. Os Conselheiros que forem favoráveis ao Parecer do Item 5.1 permaneçam como estão, demais se manifestem. CARLOS VALERA (PGJ): Abstenção. SIVUCA COSTA (PN1 ALTO PARANAÍBA): Abstenção. ANTÔNIO GERALDO (CERVIVO): Eu, na verdade, da forma que está, eu vou abster também do voto pelos motivos já citados. MOISÉS (FETAEMG): Eu voto contra, considerando o dano ambiental com uma unidade dessa é infinitamente maior que a geração de energia, isso é insignificante e não ter um estudo de avaliação integrada do uso dessa água lá por alguns anos, podem surgir conflitos e conflitos, tanto para produção de alimento como para uso humano daquela cidade, por isso que eu voto contra. FREI RODRIGO (AMEDI): Abstenção. ANTÔNIO GERALDO (CERVIVO): Eu acho que vou mudar meu voto para contra, em função do que inclusive nosso companheiro falou. REGINALDO (UFU): Abstenção também. ANA LÚCIA (CODEMA): Abstenção. MARINA (PRESIDENTE): Vou só constar aqui a abstenção do Hélio. Então, com 06 (seis) Abstenções de 02 (dois) votos contrários o processo está



355 aprovado. Item 6.1 retorno de vistas e também temos inscritos aqui do processo. ELAINE  
356 (FAEMG): Bom dia, eu pedi vista desse processo tendo em vista que eu assustei um pouco com a  
357 questão de que tinha sido opinado pelo indeferimento da revalidação da licença de operação  
358 corretiva e é um empreendimento que eu conheço e daí eu quis conhecer melhor a situação que  
359 aconteceu lá. No parecer técnico consta que algumas condicionantes não foram cumpridas, nós  
360 vamos ver o que aconteceu. Foi averiguado que o empreendedor teve algumas dificuldades,  
361 inclusive um incêndio que aconteceu na propriedade, que afetou o funcionamento dos  
362 biodigestores, eu acompanhei a equipe técnica do empreendedor, fizemos um levantamento da  
363 real situação lá, eu vi que o empreendedor já está adotando as medidas para poder regularizar.  
364 Algumas já foram feitas, algumas estão em andamento, ele apresentou um cronograma de  
365 regularização disso e eu por conta disso, acreditando no prejuízo que poderia ter e que nós  
366 poderíamos evitar se dêssemos a oportunidade dele regularizar e revalidar essa licença eu opinei  
367 pelo Deferimento da Revalidação. Entretanto, eu gostaria de passar a palavra para o  
368 empreendedor para explicar melhor essas questões fáticas. ADAUTO FRANCO (CONSULTOR):  
369 Bom dia a todos, senhora presidente, senhoras e senhores, conselheiros, aqui nós estamos com a  
370 equipe técnica e também com o empreendedor para tirar algumas dúvidas que por ventura os  
371 senhores e senhoras Conselheiros tenham a respeito do assunto. Como já foi mencionado pela  
372 Conselheira, doutora Elaine, o empreendedor já está tomando providências no sentido de  
373 regularizar o seu empreendimento relativo ao Laudo de Vistoria que foi feito e o Parecer que foi  
374 feito pela comissão lá da SUPRAM. Então, em vista da situação proposta que é um planejamento  
375 dentro da condição de ser executado, um cronograma de execução, nós pedimos os senhores  
376 Conselheiros e Conselheiras que deem essa oportunidade ao empreendedor para que ele possa em  
377 tempo oportuno regularizar a situação. Tudo isso nós temos certeza que foi causado pelo acidente  
378 da queima do biodigestor, o grande prejuízo que houve foi ai. Então, sabendo do custo que o  
379 empreendedor vai arcar com essa situação e também paralisar as atividades como foi proposto,  
380 não é o modelo mais econômico para o empreendimento, por isso, nós batemos aqui na tecla que é  
381 realmente basear no cronograma de execução das situações adversar encontradas pela equipe da  
382 SUPRAM. Nós vamos passar a palavra também para nosso colega da equipe, o Marcelo, para que  
383 ele possa fazer algumas considerações. Bom dia a todos, meu nome é MARCELO FIGUEIREDO  
384 DA SILVA (EQUIPE TÉCNICA DE ASSISTÊNCIA AO EMPREENDEDOR): Nós fomos à  
385 propriedade, fizemos um relatório técnico ambiental que entrou como anexo ao parecer da  
386 Conselheira Elaine e nesse relatório os senhores podem confirmar algumas informações que  
387 foram colocadas aqui, que o empreendedor já está tomando as providências necessárias para  
388 adequação ambiental do seu empreendimento. Eu queria só citar, bem rapidinho, algumas coisas  
389 que estão nesse relatório, para mostrar que realmente há uma predisposição do empreendedor em  
390 fazer essa regularização, inclusive, ai final do relatório tem um cronograma de execução das  
391 principais medidas de regularização ambiental aonde o empreendedor assina o compromisso dele  
392 de fazer essas regularizações dentro do prazo. Então, só vamos falar alguns pontos mais  
393 importantes, que são aqueles que foram levados em consideração no parecer da SUPRAM. A  
394 questão do tratamento de efluentes sanitários, ele realmente não tinha as fossas sépticas, mas elas  
395 já foram adquiridas e estão sendo instaladas, tem até as fotos nesse relatório. O sistema de  
396 tratamento de efluentes da suinocultura, ele realmente sofreu um dano muito grande por conta do  
397 incidente do incêndio que ocorreu no local e como é um sistema muito caro para ser refeito,  
398 realmente não é uma coisa que se faz de uma hora para outra. Então, ele já tomou as providências,  
399 já tem inclusive relatórios e laudos, inclusive um orçamento para ser refeita a parte estragada do  
400 revestimento, então, já está em andamento, já foi feita limpeza toda do local, isso ai já está bem  
401 adiantado. O sistema de dispersão de efluentes que também foi uma coisa citada no parecer da  
402 SUPRAM, ele tem um sistema de dispersão com bomba, parece que 60 (sessenta) barras de cano  
403 para dispersão desse efluente e uma parte desse efluente também era utilizado pelo arrendatário  
404 através de chorumeira, que é aquele equipamento que você puxa o dejetos da lagoa e você aplica  
405 no campo, ele inclusive comprou recentemente uma chorumeira para uso próprio, para não





406 depender de terceiros e já está fazendo inclusive essa dispersão e as lagoas estão até vazias,  
407 porque precisa fazer esses reparos, então, já está nesse ponto. Sistema de tratamento de resíduos  
408 sólidos orgânicos feitos através da composteira já tem contrato e já tem uma pessoa lá, um  
409 empreiteiro fazendo os reparos necessários para que essa estrutura possa funcionar corretamente.  
410 Coleta seletiva de resíduos, ela vem sendo feita, porém, tinha realmente algumas falhas e já foram  
411 corrigidas, ele tem inclusive alguns comprovantes de entrega de alguns resíduos. Só que a geração  
412 é muito pequena dos recicláveis numa fazenda, só tem 02 (duas) casas e a atividade em si não  
413 gera tantos recicláveis assim. O manejo de embalagens de agrotóxicos foi citado também no  
414 parecer, ele é feito mas através do arrendatário, que é quem utiliza esses agrotóxicos e tem um  
415 comprovante aqui de entrega dessas embalagens, estão nesse relatório também. Então, essa é a  
416 parte técnica que a gente queria expor para vocês, a gente gostaria que vocês levassem em  
417 consideração a paralisação da atividade, além da questão de prejuízo econômico, traria também  
418 um prejuízo para a própria empresa integradora que o empreendedor faz parte. Como ele está  
419 disposto a fazer tudo que for necessário para adequação do empreendimento dele, a gente gostaria  
420 que vocês levassem isso em consideração na hora de analisar esse processo. Eu agradeço a todos.  
421 MARINA (PRESIDENTE): SUPRAM. ALEXSSANDRE (SUPRAM): A gente é a favor da  
422 manutenção do Indeferimento da licença, porque esse empreendimento está há 07 (sete) anos, não  
423 cumpriu com as condicionantes, nesse caso foi constatada a poluição ambiental porque estava  
424 jogando dejetos dentro de uma vereda, não tem sistema nenhum de tratamento de efluentes, não  
425 tem chorumeira, então, somos a favor do Indeferimento. MARINA (PRESIDENTE): Bom, então  
426 vamos colocar em votação com a manutenção do parecer do SUPRAM. Os Conselheiros que  
427 forem favoráveis à aprovação do parecer do item 6.1 permaneçam como estão, demais se  
428 manifestem. ELAINE (FAEMG): Eu sou contra o parecer pelas razões expostas no relatório que  
429 eu apresentei. FÁBIO (FEDERAMINAS): Eu sou contra também, porque uma vez que o  
430 empreendimento já está no processo de regularização e pelas fotos aqui é nítido o que está sendo  
431 feito, eu não vejo por que da paralisação nesse momento, visto que o cronograma de construção  
432 dessas obras já está com tempo finalizando agora. Então, por esse motivo eu sou contra o parecer  
433 do COPAM. JOSÉ ROBERTO (SEAPA): Abstenção. HÉLIO (PREFEITURA): Senhora  
434 presidente, Conselheiro, eu acho que uma dúvida que está gerando é que o empreendedor  
435 apresentou um cronograma e pediu uma oportunidade, eu acho que o papel do conselho também,  
436 nessa situação, se tem as fotos, se tem os comprovantes, é dar uma oportunidade. Sou a favor de  
437 dar uma oportunidade ao empreendedor, em razão dele ter apresentado um cronograma de  
438 realização. FERNANDO RUAS (ABES): Eu também acompanho o parecer da Conselheira por  
439 entender que a paralisação vai trazer um dano maior do que o cronograma que ele apresentou  
440 agora. CARLOS VALERA (PGJ): Bom, acho que ficou muito claro a recalcitrância do  
441 cumprimento da obrigação ambiental, o que é pior, a produção de dano ambiental. Eu só queria  
442 resgatar aqui à memória dos Conselheiros que há umas 02 (duas) ou 03 (três) sessões anteriores,  
443 nós tivemos um problema desse com um senhorzinho, vocês se lembram? O senhor Pedro, que  
444 pediu para se manifestar ao microfone, era a mesmíssima situação e nós indeferimos a licença.  
445 Então, eu só queria resgatar esse critério, para nós tratarmos de forma igual as pessoas que estão  
446 iguais. A situação é absolutamente a mesma, não cumpriu, fez uma proposta de cumprimento, se  
447 não cumpriu em 07 (sete) anos acho difícil cumprir agora. Então, eu me manifesto pela  
448 manutenção do parecer da SUPRAM. RODRIGO (CREA): Abstenção. ELAINE (FAEMG): Eu  
449 me lembro do caso que do doutor Valera está falando, mas apesar das situações serem muito  
450 parecidas, tem uma diferença muito grande eu acho em favor desse empreendimento é porque ele  
451 já buscou em regularizar. No caso do senhorzinho ele não tinha uma equipe, não tinha buscado,  
452 nem sabia o que estava acontecendo. Só para esclarecer que votando hoje a favor do meu parecer,  
453 nós não estaríamos votando contra uma conduta nossa anterior, porque eu acho que o que mais  
454 está valendo agora é a boa vontade dele de regularizar uma situação que estava errada. MARINA  
455 (PRESIDENTE): Bom, com todas as manifestações, com 04 (quatro) votos contrários e 02 (duas)  
456 abstenções, o processo foi aprovado conforme parecer da SUPRAM. Item 7.1 destaque Ministério



Público. CARLOS VALERA (PGJ): Senhora presidente, é mais uma discussão que eu já tive ontem com o Superintendente, porque existe hoje no âmbito do Ministério Público e da SEMAD uma discussão sobre a necessidade de nós condicionarmos a exigência do Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros. Existe uma nota técnica da SEMAD no sentido de que isso só é necessário para os postos de combustíveis, na visão do Ministério Público ela é necessária para todo empreendimento previsto no Decreto que regulamenta essa situação, mas sem entrar no mérito dessa discussão; sem entrar no mérito, porque isso está sendo discutido em nível de Secretaria, eu queria fazer uma sugestão para SUPRAM e ouvir se o nosso Superintendente aceitaria que, invés de nós condicionarmos, naqueles empreendimentos onde ainda se discute, se nós poderíamos estabelecer como rotina da SUPRAM, a remessa para a autoridade competente, no caso o Corpo de Bombeiros, para que eles sejam cientificados que a licença foi expedida e obviamente dentro do seu poder de Polícia, façam a fiscalização desse empreendimento independentemente dessa circunstância constar ou não como Condicionante da licença. Bom dia a todos, RODRIGO (SUPRAM): Conforme foi dito pelo Conselheiro, ontem a gente reuniu e acertou essa questão de enquanto a SEMAD não define se vai incluir ou não como Condicionante a cobrança ou como critério pré estabelecido para solicitação de licença, a gente concorda de estar encaminhando para o Corpo de Bombeiros a comunicação dos empreendimentos, porque aí eles tem ciência do empreendimento que foi regularizado para poder estar fazendo seu papel de fiscalização do auto de vistoria. SUB-TENENTE AUGUSTO (POLÍCIA MILITAR): Essa solicitação é muito boa, porque quando nós fazemos o boletim de ocorrência, nós mencionamos se o empreendimento tem ou não o Alvará do Corpo de Bombeiros. CARLOS VALERA (PGJ): Então, é só para agradecer imensamente a aceitação por parte da Superintendência dessa sugestão, eu acho que isso dá mais tranquilidade para os nossos Conselheiros, contribuindo para evitar eventuais tragédias. FÁBIO (FEDERAMINAS): Eu concordo com a colocação. Só para relembrar um pouquinho, o Alvará do Bombeiro, o cara não tira alvará de funcionamento se tiver pendência do Ministério da Agricultura, ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária), mesmo do Município, sem o Alvará do Bombeiro. No rural, agora inclusive também, se tiver a subordinação à ANVISA ou no MAPA (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento), ele é obrigatório a ter também, senão não tem a liberação. HÉLIO MENDES (PREFEITURA DE UBERLÂNDIA): Já que nós estamos, o nosso caro Conselheiro doutor Carlos, colocou aqui, eu acho que a gente tem que repensar, uma questão de evolução, eu acho que a gente tem dois momentos bem distintos. Um quando a gente está analisando um empreendimento que já está em andamento, outro é a empresa que está se iniciando. Quando nós paramos uma empresa que está em movimento, o problema social, econômico e uma série de coisa é muito grave, agora, se o empreendedor não tem condição ou não apresenta um cronograma de regularização eu acho que aí de fato cai naquele senhorzinho, porque não apresentou, então nós vamos parar o empreendimento. Se existe a possibilidade de nós darmos um prazo, aprovar um cronograma eu acho que a gente poderia apreciar por esse prisma. Certo? Porque é muito sério quando a gente para o empreendimento. Então, eu acho que a gente poderia refletir, já que nós estamos num Conselho. REGINALDO (UFU): Presidente, só um minuto. Mas Conselheiro, eu imagino que a vistoria para renovação serve exatamente para isso, porque senão ela perde a sua função. Você concorda? O empreendedor, ele tem que estar regularizado ao longo do período inteiro que ele tenha essa licença; ao final dessa licença a SUPRAM avalia se ele pode ou não receber a renovação da sua licença, mediante aprovação desse Conselho. É um dos poucos momentos, já que o Estado não tem como estar presente a todo tempo em todos os empreendimentos, de verificar o mínimo do mínimo do mínimo se o empreendedor está cumprindo aquilo que lhe acordou para receber a licença. Olha está sendo vencida, então, eu respeito, mas eu discordo da sua posição. Gera impacto social? Gera. Gera impacto econômico? Gera. A partir do momento que os empreendedores estão vendo que as licenças não estão sendo renovadas por descumprimento, eles vão se atentar mais ao longo do período que ele tem a licença. É exatamente para isso que serve essa renovação. (MARINA (PRESIDENTE): Bom, então eu vou colocar em votação o item 7.1, Conselheiros que forem favoráveis permaneçam



508 como estão, demais se manifestem. Então, com 01 (uma) abstenção aprovado o item 7.1. Gostaria  
509 de dar boas-vindas também, só antes de continuar na pauta, ao 1º (suplente) Rafael Augusto  
510 Fiorine, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, que agora faz parte do nosso  
511 Conselho também, novo Conselheiro. Dando continuidade, vamos ao item 8.1 destaque  
512 SUPRAM e Ministério Público. GUSTAVO (SUPRAM): Primeiramente, só fazer uma  
513 correção ai no Parecer, ao que consta incorretamente na página 21 (vinte e um), item 11  
514 (onze), onde se lê: Loteamento Convencional Granja Marileuza Fase 1A o correto é  
515 Masterplan Granja Marileuza Núcleos Urbanos 1 e 2. CARLOS VALERA (PGJ): Eu até já  
516 tive a cautela, viu meu especial amigo, Hélio Mendes, de ressaltar essa questão, é só para  
517 sugerir à SUPRAM, como houve uma questão de atribuição no que tange as licenças e por  
518 cautela e transparência, que cópia integral do procedimento seja remetido ao Ministério  
519 Público local, só essa observação. MARINA (PRESIDENTE): Bom, então vamos colocar em  
520 votação o item 8.1 com as adequações sugeridas pela SUPRAM. Os Conselheiros que forem  
521 favoráveis permaneçam como estão, demais se manifestem. Aprovado. Item 9.1 destaque  
522 Ministério Público. CARLOS VALERA (PGJ): Senhora presidente, o item 9.1, 10.1 e 11.1  
523 dizem respeito aos mesmos assuntos que eu vou levantar. Então, se me permitirem, não  
524 obstante, parece que há uma sinalização do Conselheiro Hélio de que haverá vista do 10.1.  
525 Mas não é proposta de Condicionante nem nada, é só uma questão que eu queria levantar, que  
526 também foi tratada com a Superintendência para discutir com os Conselheiros aqui, é a  
527 mesma situação. Nesses 03 (três) empreendimentos há uso de explosivo, então a nossa  
528 ponderação junto ao Superintendente e eu gostaria que ele se manifestasse também, é no  
529 sentido de que a exemplo do auto de vistoria do Corpo de Bombeiros, que nós  
530 encaminhássemos para o Exército e salvo engano para a Polícia Federal, que são os dois  
531 órgãos que fiscalizam, para que eles fossem cientificados da expedição da licença e pudessem  
532 dentro das suas atribuições, fazer a fiscalização desses empreendimentos. São só essas  
533 observações, muito obrigado. EUGÊNIO SIVUCA COSTA (PN1): Naquela leitura inicial da  
534 pauta você leu que no 9.1 da INCOPOL, você citou a cidade de Ituiutaba e aqui está  
535 Uberlândia, qual que está prevalecendo? MARINA (PRESIDENTE): Ituiutaba. Estava  
536 incorreto aqui. RODRIGO (SUPRAM): Conforme solicitado ai, também a SUPRAM  
537 concorda com o envio das informações aos responsáveis pela fiscalização, principalmente  
538 porque nós já tivemos algumas demandas do próprio Ministério Público, de Audiências,  
539 justamente para esclarecer de quem é a competência da fiscalização no caso de explosivos.  
540 Então, a gente concorda com esse envio ai à Polícia Federal e ao Exército. MARINA  
541 (PRESIDENTE): Como os outros processos tem outros destaques, eu vou colocar em votação  
542 o item 9.1, desculpa. RODRIGO (CREA): Complementando o Ministério Público, é  
543 interessante colocar que a explosão é um projeto e necessita de um responsável técnico  
544 habilitado para execução também, com ART de responsabilidade. RODRIGO (SUPRAM):  
545 Essa questão é o Blaster, então a gente faz a cobrança nos processo que tenha. RUI RAMOS  
546 (FIEMG): Eu queria fazer mais uma sugestão, eu estou um pouco na dúvida, se caberia. Nós  
547 sabemos que a fiscalização do Exército e da Polícia Federal é bastante limitada. O Exército  
548 não está presente em todas as comunidades e nós sabemos hoje que os explosivos estão sendo  
549 usados em larga escala para explosão de agências bancárias, então, isso causando graves  
550 problemas, principalmente nas cidades pequenas que às vezes ficam 30 (trinta), 60 (sessenta)  
551 dias sem uma agência bancária funcionando. Às vezes tem 02 (dois) bancos só e eles podem  
552 usar nos dois. Até que o Banco tome providência são 60 (sessenta) dias sem Banco na cidade.  
553 Então, quem sabe também encaminhar essa informação para Polícia Militar e Polícia Civil,  
554 que são os órgãos que estão mais presentes nas comunidades, até para que nos casos de  
555 explosões venham saber onde pode ter explosivo na região. RODRIGO (SUPRAM): Quanto à  
556 SUPRAM não tem nenhum problema em mandar não. FÁBIO (FEDERAMINAS): Só para





complementar essa fala do Rui e do Carlos, todo empreendimento que trabalha com produto derivado de nitrogênio, derivado de explosivo na base de fosfato ou outros eles são monitorados desde a confecção, inclusive o transporte. O que tem acontecido hoje é que 97 (noventa e sete), 99 (noventa e nove) por cento das agências explodidas regionalmente todas são clandestinas, principalmente via Paraguai e hoje tem uma Normativa de Segurança para todo mundo que trabalha, eu trabalho com material explosivo, existe uma normativa, nós somos obrigados a enviar relatório, balanço de entrada, balanço de saída, monitorar. Se for comercializado, para quem comercializou, se aquela pessoa tem a licença do Exército, e o que é mais complexo ainda por cima, caso haja um furto de qualquer um desses materiais a empresa é conivente se não for comunicado à Polícia Militar. Então, isso é normativa e também dentro da Legislação do Ministério do Exército, só que a Polícia Militar não entra nesse âmbito, é só o Exército, explosivo. RODRIGO (SUPRAM): Só a título de informação, uma coisa que a gente verifica muito nesses empreendimentos hoje, eles fazem o uso de explosivos, mas hoje eles não tem o armazenamento no local, eles não tem mais o paiol. Eles fazem a contratação de uma empresa especializada, com Blaster, ele vai, faz a explosão e retorna. Justamente por essa questão de segurança, porque se ele tem um paiol, ele tem que manter todo um aparato de segurança que às vezes isso não é rentável ou compensatório para o empreendedor. MARINA (PRESIDENTE): Bom, então vamos colocar ai em votação o item 9.1. Os Conselheiros que forem favoráveis permaneçam como estão, demais se manifestem. Aprovado. Item 10.1 destaque SUPRAM, desculpa, SUPRAM e Prefeitura de Uberlândia. SAMUEL (SUPRAM): Apenas uma correção do parecer único, na parte que fala sobre Recursos Hídricos, Bacia Federal Rio Paranaíba, Bacia Estadual Rio Araguari, Sub Bacia Uberabinha, UPGRH PN2. HÉLIO MENDES (PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA): Nós pedimos vista desse processo em razão de 05 (cinco) observações que foram identificadas pela equipe técnica de nossa Secretaria. MARINA (PRESIDENTE): Vista concedida ao Conselheiro Hélio da Prefeitura de Uberlândia. Item 11.1 destaque SUPRAM. GUSTAVO (SUPRAM): Fazer mais algumas correções também, principalmente no que tange aqui a parte do Controle Processual e da Conclusão. No item 8 do parecer eu peço que, no que tange ao Controle Processual, eu peço para que desconsiderem esse último parágrafo, que ele seja retirado do nosso parecer. Na parte da Conclusão onde se lê: *“O deferimento da revalidação da licença de operação”* o correto é: *“O deferimento da licença corretiva para o empreendimento, invés de Copar e Estação é Mineração Dornas Ltda”*. E também o prazo; o prazo que consta ai é 08 (oito) anos e o correto é 06 (seis) anos. MARINA (PRESIDENTE): Bom, então vamos colocar em votação com as alterações solicitadas pela SUPRAM, o item 11.1. Os Conselheiros que forem favoráveis permaneçam com estão, demais se manifestem. Aprovado por unanimidade. Item 12.1 destaque SUPRAM. FELIPE (SUPRAM): Bom dia a todos, esse é um empreendimento Classe 5 e nós verificamos, porque as licenças anteriores foram concedidas pela FEAM, e nós fizemos uma digressão, fizemos um histórico e verificamos que apesar de ter sido instruído com EIA/RIMA, esse processo não havia sido incluída a Condicionante do SNUC, então, em virtude disso, nós propusemos a Condicionante número 9 (nove) que é a seguinte: *“Protocolar perante a Gerência de Compensação Ambiental do IEF (Instituto Estadual de Florestas), no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da licença, processo de Compensação Ambiental, conforme procedimentos estipulados pela Portaria IEF número 55 (cinquenta e cinco) de 23 (vinte e três) de abril de 2012 (dois mil e doze). Prazo: 30 (trinta) dias contados do recebimento da Licença”*. MARINA (PRESIDENTE): Bom, então eu vou colocar em votação o parecer da SUPRAM referente ao item 12.1 já com a inclusão da Condicionante. Os Conselheiros que forem favoráveis permaneçam como estão, demais se manifestem. Aprovado por unanimidade. Item 14.1 destaque Ministério Público. CARLOS VALERA (PGJ): Senhores



Conselheiros, senhora Presidente, é um empreendimento Classe 5, então eu ia fazer a proposta da Condicionante da Lei do SNUC, só esclarecendo, é uma ampliação e este Conselho já condicionou na Licença principal, então, obviamente é só o complemento dessa diferença que o empreendedor está ampliando. MARINA (PRESIDENTE): Vou votar o parecer da SUPRAM, após a definição eu faço a leitura da Condicionante e a gente coloca em votação. Então, em votação o item 14.1, os Conselheiros que forem favoráveis permaneçam como estão, demais se manifestem. Aprovado. Vou fazer a leitura da sugestão para inclusão: “*Protocolar perante a Gerência de Compensação Ambiental do IEF (Instituto Estadual de Florestas), no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da licença, processo de Compensação Ambiental, conforme procedimentos estipulados pela Portaria IEF número 55 (cinquenta e cinco) de 23 (vinte e três) de abril de 2012 (dois mil e doze). Prazo: 30 (trinta) dias contados do recebimento da Licença*”. Então, eu coloco em votação a inclusão dessa Condicionante, os Conselheiros que forem favoráveis permaneçam como estão, demais se manifestem. FERNANDO RUAS (ABES): Contra. MARINA (PRESIDENTE): Então, com 01 (um) voto contrário, aprovado a inclusão da Condicionante. RUI RAMOS (FIEMG): Eu pediria licença, eu esqueci no começo da reunião, de fazer um Comunicado aos Conselheiros e aos Consultores que estão aqui presentes. O Município de Pirajuba tem uma Escola de Educação Ambiental e um Viveiro de Produção de Mudas Nativas e também para uso na cidade, na arborização das ruas e como nós estamos com uma produção acima do planejado com os nossos parceiros, se alguém precisar de muda o Viveiro de Pirajuba está à disposição, telefone 3426-0100 na Secretaria de Meio Ambiente. Muito Obrigado. RODRIGO (SUPRAM): Antes de concluir a reunião, gostaria de fazer um agradecimento aos analistas contratados, que a gente está passando uma fase de renovação na SEMAD, que é a nomeação do Concurso, então, os analistas contratados eles terão seus contratos reincididos a partir do dia 23. Então, eu gostaria de fazer um agradecimento a todos que contribuíram na análise, por esse período que passaram na SUPRAM, nos processos, enfim, no dia a dia dos trabalhos e vamos aguardar aí os concursados, a chegada deles para nós podermos dar continuidade a esse trabalho. Muito obrigado. **15. Encerramento:** MARINA (PRESIDENTE): Bom, declaro a reunião encerrada, agradeço a presença de todos e um Bom Dia. Nada mais havendo a tratar, após a Presidente agradecer a presença de todos encerrou-se a reunião e eu, Rogério Garcia Caetano, lavrei a presente Ata que segue por ela assinada. Uberlândia, 11 de abril de 2014.

---

MARINA SARDINHA MACHADO – (presidente suplente)